

Sem o povo, Assembleia aprova nova previdência

Isolados. Manifestantes contrários a projetos do governo que estavam na pauta foram impedidos de entrar no Parlamento gaúcho

A frase “Povo Sem Parlamento é Povo Escravo”, que rasga a parede na entrada da AL (Assembleia Legislativa), passou o dia de ontem tapada por dezenas de PMs, postados em sua frente para isolar a Casa. Dentro do prédio, as galerias ficaram vazias porque dessa vez o Parlamento, como poucas vezes antes, ficou sem o povo. Os servidores estaduais contrários a projetos que passavam por votação na Casa foram impedidos de entrar e tiveram que permanecer na Praça da Matriz.

A decisão de votar os dez projetos – inclusive o que cria a previdência complementar do funcionalismo e os que extinguem duas fundações – foi tomada pelo presidente da Casa, deputado Edson Brum (PMDB), depois de consultar os líderes partidários. Para garantir a segurança, ele determinou que os servidores não poderiam acessar a AL.

O motivo do isolamento foi o protesto de terça-feira, quando os trabalhos legislativos foram cancelados devido ao bloqueio das entradas da AL por manifestantes, no intuito de impedir a sessão. Brum disse que havia gente armada no protesto. “Foi um resultado positivo de uma coisa extremamente negativa”, comentou o deputado Ibsen Pinheiro (PMDB), sobre a deci-

são de fechar as galerias.

Com os servidores atrás de gradis do outro lado da rua, a sessão de votação começou às 14h16. Ao entrar e ver as galerias vazias, o deputado Pedro Ruas (PSOL) comentou: “Horrível. Nós vamos sair daqui”. Em seguida, anunciou que a oposição deixaria a Casa, contrariada com a ausência de representantes do funcionalismo, fato que deslegitimaria a sessão. “Eles não poderão assistir a uma decisão sobre suas vidas”, salientou Ruas.

Os deputados do PSOL e do PT saíram do prédio às 14h40 e encontraram os servidores na praça, onde foram ovacionados. Dentro da AL, o projeto de lei da previdência foi aprovado por 35 votos a cinco. Outros sete projetos receberam aprovação.

Perto das 18h, as duas últimas matérias, também polêmicas, acabaram não sendo votadas por falta de quórum: a extinção das fundações, a Fepps, de pesquisas em saúde, e a Fundergs, de esporte e lazer. Ambas deverão ser votadas na próxima semana. O movimento dos servidores estuda entrar com uma ação na Justiça para pedir a anulação da votação de ontem.



ANDRÉ
MAGIS

METRO PORTO ALEGRE



Deputados de oposição abandonam o plenário em protesto contra a proibição de entrada dos servidores, o que deixou as galerias vazias | MARCELO BERTANI/AGÊNCIA ALRS

Ajuris analisa se texto é válido

Para a Ajuris (Associação dos Juizes do RS), pairam dúvidas sobre o projeto que cria o regime de previdência complementar para os futuros funcionários públicos estaduais, aprovado ontem. Basicamente, a medida fixa o valor máximo das aposentadorias, limita-

do pelo teto da Previdência Social, hoje em R\$ 4,6 mil. Para ganhar além disso, o servidor terá de contribuir separadamente.

A Ajuris está analisando o texto para identificar falhas. Segundo o presidente da Ajuris, Eugênio Couto Terra, aparentemente há

falta de cálculo atuarial, dúvidas sobre a constitucionalidade da lei e possibilidade de afetar a isonomia no funcionalismo.

“Reiteradamente, pedimos ao governo que retirasse a urgência do projeto. Estávamos pedindo mais prazo. Agora, veremos se

tem algum problema de fundo jurídico”, argumentou Terra.

No Twitter, o governador José Ivo Sartori comemorou a aprovação dos projetos. Para ele, o RS “começa a construir um sistema previdenciário sustentável”. **ANDRÉ MAGS**

Acolhendo pessoas,
negociando imóveis.

IMÓVEIS
HUMANIZE

(51) 3348.9099

humanizeimoveis.com.br

CRECI 22.549

Previsto deficit de R\$ 6,2 bi em 2016

O descompasso entre receita e despesa do Estado deve continuar em 2016. É o que aponta a Proposta Orçamentária entregue ontem pelo governo estadual à Assembleia Legislativa.

Conforme a proposta, o deficit previsto é de R\$ 6,2 bilhões. O número é resultado de despesas de R\$ 62,5 bi-

lhões ante um patamar de receitas de R\$ 56,3 bilhões.

O secretário do Planejamento e Desenvolvimento Regional, Cristiano Tatsch, disse que “as receitas caem enquanto que a maior parte das despesas ainda cresce”. Para ele, a alternativa é readequar despesas e tentar reforçar as receitas.

Gastos

A previsão de gastos inclui as duas parcelas do reajuste aprovado para os servidores da segurança pú-

blica, de R\$ 900 milhões, entre ativos e inativos. Serão destinados R\$ 3,4 bilhões para despesas da saúde, sendo R\$ 1 bilhão para atendimento de média e alta complexidade. A educação tem previsão orçamentária de R\$ 8,9 bilhões.

Construção e reparos de rodovias, projetos de restauração e manutenção da malha rodoviária e de pavimentação de acessos municipais terão garantidos mais de R\$ 500 milhões.

METRO POA

Protesto

Prefeituras param no dia 25

O próximo dia 25 deverá ser marcado por uma paralisação em massa das prefeituras gaúchas diante do cenário de crise financeira. Segundo a Famurs (Federação das Associações de Municípios do RS), pelo menos 368 cidades confirmaram adesão ao movimento, que terá a suspensão de serviços, exceto atendimentos de emergência em saúde. A principal queixa é sobre a divisão do “bolo tributário”. Atualmente, 82% das verbas são divididas entre os Estados. Os municípios ficam com apenas 18%. **METRO POA**